

Líder de Sarney quer eleições só em 1989

BRASÍLIA — O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), defendeu o adiamento das eleições municipais sob o argumento de que devem coincidir com a sucessão presidencial, em 1989, mesmo que isso signifique acrescentar um ano aos já longos mandatos de prefeitos e vereadores eleitos em 1982.

“É errado, mas e daí?”, disse Saldanha Derzi na entrada do plenário da Constituinte. O senador afirmou que falava em nome pessoal, sem ter feito nenhuma consulta ao Palácio do Planalto. Negou, contudo, que tivesse defendido a idéia da prorrogação dos mandatos durante a reunião que os líderes partidários no Senado tiveram durante a manhã para discutir a lei que vai regulamentar as eleições previstas para novembro.

À tarde, no entanto, bastante irritado, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse em voz alta, no Salão Verde do Congresso, que Derzi defendera a idéia do adiamento na reunião. “Vai ser melhor para todos vocês”, disse o líder do governo, segundo Fernando Henrique. Em outro canto do Salão Verde, Derzi, também em voz alta, desafiou: “Ponha em votação secreta minha proposta de prorrogação que garanto que ela será aprovada por ampla maioria”.

Prorrogacionista — Para o senador Aureo Melo (PMDB-AM), que assumiu a vaga com o suicídio de Fábio Lucena, no ano passado, querer adiar as eleições nem sequer é errado. Tanto que ele não se envergonha de propor a medida. Primeiro, apresentou emenda ao projeto de Constituição marcando as elei-

ções municipais para 15 novembro de 1989. Agora, tem 25 emendas ao projeto de lei em discussão — que deverá estar aprovado até quinta-feira da semana que vem —, quase todas com a mesma finalidade.

Seu argumento é idêntico ao de Derzi: “Não sou a favor da prorrogação dos mandatos. Sou a favor da coincidência das eleições municipais com as presidenciais” Aureo atribui ao adiamento outras virtudes, como a diminuição dos gastos do país com eleições isoladas em 88, 89 e 90 (para deputados e governadores). “Além disso, a Constituição só deve estar pronta em agosto, e como o número de vereadores a serem eleitos em várias cidades será definido pelas assembleias legislativas, o prazo vai ficar muito exíguo para essa decisão”, preocupa-se.

□ O debate sobre direito à vida desde a concepção, que envolveu católicos, evangélicos e ateus, acabou adiando para hoje a votação do capítulo sobre a família, a criança, o adolescente e o índio e transferindo também — provavelmente para a próxima semana — a decisão sobre o mandato do presidente Sarney que, de acordo com plano traçado pelo Palácio do Planalto, deveria ser tomada hoje. Pela terceira vez nos últimos dois dias, o presidente se reuniu com ministros e lideranças para avallar as chances dos cinco anos. O adiamento, de acordo com o líder do PTB, deputado Gastone Righi, ocorreu “devido a manobras para obstrução da pauta”. Na Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães reconheceu que dificilmente o mandato seria discutido hoje.